

A LUTA SINDICAL A PARTIR
DAS GREVES DO ANDES-SN
AO LONGO DA HISTÓRIA



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



Quando se esgotam as possibilidades de diálogo e negociação, o instrumento de luta da classe trabalhadora é a greve. Durante décadas, os movimentos grevistas foram a última saída em vários momentos.

O conceito de grande greve geral, no Brasil, surge em 1917, quando a insatisfação dos operários levou à deflagração da primeira e maior paralisação de trabalhadores do país. Denominada como Greve Geral, teve origem em São Paulo e propagou-se por diversas capitais como Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. A greve, que durou 30 dias e reuniu cerca de 70 mil trabalhadores e trabalhadoras, foi marcada pela forte presença das mulheres operárias.



Histórico das greves dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)

1980

Duração: 26 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 7 escolas

Resultado:

- Aumento Salarial de 82,25% para Servidores/as Públicos/as Federais (SPFs);
- Aprovação do Novo Plano de Carreira do Magistério Superior das Ifes;
- Reenquadramento dos/as docentes.

1981

Duração: 20 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 5 escolas

Resultado:

- Reposição salarial de 30% para docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) autárquicas, a partir de 01/01/1982;
- Reenquadramento dos/as colaboradores/as discriminados/as;
- Recuo do governo em transformar universidades autárquicas em fundações.

1982

(1ª vez que ANDES-SN e Fasubra fizeram mobilização conjunta)

Duração: 32 dias

Ifes em greve: 18 universidades e 3 escolas

Resultado:

- Recuo do governo na implantação, via decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações.

1984

Duração: 84 dias

Ifes em greve: 19 universidades e 8 escolas

Resultado:

- Encerramento da greve sem atendimento das reivindicações, com continuidade da negociação em uma comissão instituída para esse fim;
- Em janeiro de 1985, reposição salarial de 20% para docentes das autarquias, interpretado como resultado da greve de 84.



1985

Duração: 45 dias

Ifes em greve: 19 universidades

Resultado:

- Novo Plano de Cargos e Salários para as IES fundacionais, com isonomia salarial, a entrar em vigor em janeiro de 1986. (Algumas categorias docentes tiveram, em 86, ganho superior a 50%);
- Liberação de 60 bilhões de cruzeiros para IES fundacionais.

1987

Duração: 44 dias

Ifes em greve: 45 autarquias e fundações

Resultado:

- Aprovação e regulamentação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), cuja nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abril de 1987.

1989

Duração: 66 dias

Ifes em greve: 42 universidades e institutos

Resultado:

- Reposição salarial de 30% para as/os SPFs em geral, em maio/89;
- Compromisso de liberação de verbas para a manutenção das Ifes, no montante de 453 milhões de cruzados novos;
- Alterações no plano de carreira com incentivo para Dedicação Exclusiva (DE) no caso de docentes do 3º grau;
- Aumento da progressão horizontal de 4% para 5%;
- Autorização de contratação de 760 docentes e de 1340 Técnicos-Administrativos em Educação (TAE);
- Direito à aposentadoria integral.

1991

Duração: 107 dias

Ifes em greve: 45 universidades e institutos

Resultado:

- Rejeição, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória (MP) que excluía docentes e TAEs dos reajustes propostos pelo governo;
- Reajuste salarial de 20% para os/as SPFs e correção da tabela de vencimentos para os/as docentes;
- Novo reajuste com índice que variou de 20% a 48,8%;
- Aumento das gratificações por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado);
- Gratificação de 12% (especialização);
- Aumento da Gratificação de 50% para 55%.



1993

(1º movimento com apoio das e dos estudantes)

Duração: 28 dias

Ifes em greve: 43 universidades

Resultado:

- Anistia aos/às servidores/as em greve;
- Reajuste de 85% (escalonado);
- Aprovação de política salarial até junho de 1994;
- Isonomia: concedida elevação da GAE escalonada.

1994

Duração: 50 dias

Ifes em greve: 38 universidades

Resultado:

- STF decide que os SPFs têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional;
- Movimento resiste à ameaça do governo de cortes de ponto e demissões.

1995

Duração: 23 dias

Cerca de 15 mil docentes paralisados

Resultado:

- Afastada a possibilidade de privatização das instituições públicas;

1996

Duração: 56 dias

Ifes em greve: 45

Resultado:

- Promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as Ifes.

1998

Duração: 103 dias

Ifes em greve: 51 universidades

Resultado:

- Gratificação de Estímulo à Docência (GED);
- Adicionais de remuneração aos docentes;



2000

Duração: 87 dias

Ifes em greve: 31 universidades

Resultado:

- Interrupção do Projeto de Autonomia do MEC para as Universidades;
- Cancelamento do envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público;
- Inclusão da elevação da massa salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2003

Duração: 59 dias

Ifes em greve: 35 universidades e institutos

Resultado:

- A PEC 40/03 (Reforma da Previdência) foi aprovada com modificações. A mobilização evitou prejuízos mais graves;
- Avanços na unidade e participação dos/as SPFs das três esferas do governo. O movimento também contou com o apoio dos/as trabalhadores/as do setor privado.

2001

Duração: 108 dias

Ifes em greve: 51 universidades e institutos

Resultado:

- Reajuste salarial de 12% a 13% no salário base;
- 3,5% de reajuste para todos os/as SPFs;
- Repasse de 60% da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) aos professores inativos;
- Contratação de dois mil professores/as ao longo de 2002;
- Criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica, autonomia universitária, entre outros;
- Conquista da eleição direta para diretor-geral dos CEFETs.

2005

Duração: 112 dias

Ifes em greve: 40 universidades

Resultado:

- O governo federal, mesmo não atendendo o conjunto das reivindicações dos/as professores/as em greve, por força de pressão, acabou aumentando de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões os recursos para melhorar os salários da categoria.



2008

Duração: 112 dias

Ifes em greve: 39 universidades

Resultado:

- Suspensão da greve em 19/12 por não haver possibilidade de negociação com o governo federal. Os montantes financeiros destinados no orçamento de 2009 (R\$790 milhões) para os/as professores/as das carreiras de 1º e 2º grau e do magistério do ensino superior foram resultantes da greve.

2012

Duração: 125 dias

Ifes em greve: 60 universidades

Resultado:

- Após simulacro de acordo assinado pelo Proifes, o governo federal enviou o PL 4368/12 ao Congresso Nacional. Aprofundamento da desestruturação da carreira, com reajuste dos salários base, variando entre 25% e 40% em relação a março de 2012, dependendo do nível da carreira, parcelados em: 50% em 2013, 30% em 2014 e 20% em 2015;

- O cargo de titular, antes provido por concurso público como uma carreira distinta, é incluído com uma classe nas carreiras do Magistério Superior e de EBTT.

2015

Duração: 139 dias

Ifes em greve: 39 universidades

Resultado:

- Reajuste de 5,5% para agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

2016


Duração: 26 dias

Ifes em greve: 44 universidades

Resultado:

Um dos principais objetivos da greve foi impedir a aprovação da Emenda Constitucional 95 (anteriormente, PEC 55/2016). Este objetivo foi frustrado. Outros retrocessos para a categoria e para o conjunto da classe trabalhadora passaram a ser intensificados, a partir do ano de 2016.






- As servidoras e os servidores públicos podem fazer greve! A base legal reside na Constituição Federal e nas demais normas legais existentes, além de decisões tomadas no Supremo Tribunal Federal (STF).

- A greve não pode ser o primeiro passo em busca da realização das reivindicações. Conforme temos feito na construção da greve unificada, ela deve ser precedida de um procedimento preparatório, que tem início na elaboração da pauta de reivindicações, sua posterior aprovação pela categoria, sua apresentação perante a autoridade estatal competente e medidas concretas de negociação (ou ao menos tentativas de) desta pauta.

- A própria Lei de Greve, cuja aplicação ao servidor público é aceita pelo STF, expressamente protege o grevista da demissão no artigo 7º, parágrafo único. A possibilidade de corte de vencimentos durante a greve é sempre decidida caso a caso, dependendo da motivação da greve, da categoria envolvida, e de outras circunstâncias, no caso do movimento docente o compromisso com a reposição das aulas.

- A greve é um instrumento coletivo de pressão, de forma que o acatamento das deliberações da assembleia e do comando de greve é fundamental para a eficácia do movimento. Não se intimide com as pressões e ameaças que serão feitas pelo governo. A greve é um direito legítimo e, durante este período, o empregador não pode impor exigências ao empregado, já que a relação está temporariamente suspensa.



RAZÕES PARA ADERIR À GREVE COM O CONJUNTO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DO SERVIÇO PÚBLICO:

- Nossos salários estão congelados, muito defasados, em um contexto de inflação galopante;
- Nossa carreira corre o risco de ser extinta e o serviço público privatizado;
- O processo de intervenção nas lfes segue em curso;
- Os cortes orçamentários no financiamento das lfes e do sistema de Ciência e Tecnologia foram aprofundados;
- O ensino médio integrado e nossa liberdade de ensinar estão ameaçados.

Material produzido com pesquisa/informações de:

Fabiana Reinholz, Brasil de Fato;
Ana Lúcia Barbosa Faria;
Igor Mota Morici;
Sindcefet-MG/ANDES-SN.

Revisão Textual: Renata Maffezoli

Projeto gráfico e diagramação: Angel Holanda





ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS